

UMA GEOGRAFIA POLÍTICA E SOCIAL DE PORTUGAL  
NOS PRIMEIROS SÉCULOS DA NACIONALIDADE

O recente livro do Prof. JOSÉ MATTOSO, intitulado *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325* (Editorial Estampa, Lisboa, 1985), despertou logo um largo e profundo interesse, tendo recebido o Prémio de História ALFREDO PIMENTA e encontrando-se já na 3.ª edição. Não é inútil sublinhar aqui o valor muito especial que apresenta para os geógrafos.

As características deste ensaio, como lhe quis chamar o autor, colocam-no na fronteira mal definida entre Geografia e História, fronteira actualmente muito pouco frequentada, por causa da formação demasiado especializada que recebem os jovens geógrafos e historiadores. É uma sã reacção contra a compartimentação do saber, que acaba por tornar estéreis certas investigações, mesmo aprofundadas e metodologicamente seguras, mas enclausuradas dentro de paredes temáticas opacas e artificiais.

O problema das origens de Portugal apaixonou gerações de historiadores e geógrafos, mas foi sobretudo tratado em relação aos períodos anteriores à emergência da nacionalidade e aos episódios da Reconquista. Quais foram as raízes longínquas — ou não — deste novo Estado? Em que medida reencontrou ele traços herdados de civilizações passadas? Como é que as sucessivas campanhas militares chegaram a moldar a extensão do actual território? São as perguntas sobre as quais se dissertou abundantemente e sobre as quais ORLANDO RIBEIRO trouxe, em vários estudos, o ponto de vista do geógrafo, tendo reunido em 1987 boa parte daqueles num livro intitulado *A Formação de Portugal* (ICALP, Lisboa).

O Prof. JOSÉ MATTOSO inspirou-se directamente nas ideias de O. RIBEIRO — ele o afirma desde as primeiras páginas —, não só nos escritos directamente dedicados ao problema das origens do País mas, pelo menos tanto, na preceito análise, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* publicada em 1945, da diferenciação espacial de Portugal, entre o Noroeste particularmente «atlântico» e o Interior e o Sul muito mais «mediterrâneos». Tirando as consequências das análises aprofundadas que dedicou à organização social e à vida religiosa de Portugal durante a Idade Média, J. MATTOSO verificou um contraste espacialmente correspondente entre a sociedade senhorial e feudal, originária do Entre Douro e Minho e em vias de expansão para o Sul, e a organização concelhia do resto do País, onde se nota o papel importante das cidades.

Ainda que tendo o cuidado de tomar em conta as «imposições da natureza», na medida em que os actuais conhecimentos geográficos o permitem, o autor não dedicou o livro à procura de uma explicação determinista dos contrastes sociais, políticos e mentais que reconheceu, o que teria ficado demasiado simplista. O grande interesse da sua análise é ter sido efectuada conjuntamente em duas escalas espaciais, as escalas nacional e regional — o que deviam sempre fazer os geógrafos, mas o que nem sempre fazem —, sem abandonar por isso o ponto de vista temporal, cada vez que a documentação disponível o permitia. Sendo, diz o autor

em conclusão, estas páginas «mais de desafio que de síntese», elas constituem não só uma fonte de conhecimentos e hipóteses muito importante para o geógrafo que quer entender Portugal, mas também uma lição metodológica tão útil para ele como para o historiador.

A obra divide-se em dois livros. O primeiro, que reúne 427 páginas, intitula-se «Oposição», de maneira talvez um pouco forçada, porque muitos dos temas aqui desenvolvidos não são sistematicamente diferentes nos dois tipos de espaço distinguidos, embora outros fundamentem com toda a razão esta distinção. Depois de uma substancial *Introdução*, onde é apresentada a tese de a própria diversidade nacional ter um papel de grande importância na identificação de um País que associa num único organismo político duas áreas bem diferentes, assim como as bases documentais, tiradas de várias disciplinas, que sustentam esta tese, sucedem-se duas partes que tratam, com grande pormenor, da *Sociedade Senhorial e Feudal* do Noroeste e dos *Concelhos*, que organizam o resto do País. É apresentada assim uma verdadeira Geografia social e política de Portugal durante os dois séculos que vão da criação de um organismo político reunindo os antigos condados de Portucale e de Coimbra (1096) até à morte de D. Dinis (1326), quando se pode considerar estarem já em pleno funcionamento os principais órgãos do Estado.

Este primeiro volume é, para os geógrafos, uma fonte documental de primeira ordem, apoiada numa bibliografia que constitui um guia cómodo para quem quiser aprofundar os vários assuntos aqui analisados; é também uma advertência metodológica muito útil para aqueles que têm tendência a considerar só o actual ou o próximo passado para entender o presente, e a esquecer, quando tentam mergulhar num passado mais longínquo, as amplas flutuações que conheceram ao longo dos séculos os conceitos de espaço e as organizações socio-económicas. Se certas constantes regionais se mantêm ao longo dos séculos, quantos anacronismos perigosos somos levados a fazer, extrapolando a nossa visão do mundo e aplicando-a a aspectos da organização do espaço que são de raiz antiga, em vez de, pacientemente, interrogar a documentação coeva, como sabe fazer o historiador. Penso, por exemplo, em problemas de fertilidade, de acessibilidade, de dependência, de papel relativo das cidades e do campo: nenhum deles se pode entender fora do seu contexto social, mental e técnico.

O segundo livro, sensivelmente mais curto (324 páginas), intitula-se «Composição», o que corresponde ao texto das 212 primeiras páginas, seguidas pela documentação gráfica que apoia o conjunto da obra, pela bibliografia e por um cómodo índice remissivo. Esta parte do livro estuda, segundo um ponto de vista naturalmente mais evolutivo, o que se sabe das modificações da população, da tecnologia e economia, da mentalidade e cultura e, sobretudo, da monarquia e dos instrumentos da progressiva centralização e uniformização do poder, que levam lentamente o País a uma maior coesão entre as diversas regiões e ao nascer de uma consciência nacional. Se a identidade portuguesa parece precocemente reconhecida, sendo a nação cedo sentida como um todo coeso e autónomo, esta consciência, segundo o autor, «encontra-se apenas na mente de uma mino-

ria, geralmente próxima do poder político, a partir do qual ela se difunde com lentidão». É portanto o complexo e lento nascer do sentimento nacional e da sua expressão geográfica que J. MATTOSO analisa nesta segunda parte da obra.

Seria fácil relevar algumas pequenas inexactidões ou «ingenuidades» geográficas. Citarei apenas duas. Na página 30, J. MATTOSO fala das «colinas férteis da Estremadura»; ora se há colinas muito pouco férteis, são com certeza as desta província, que erguem de algumas centenas de metros as suas vertentes de calcário desnudado ou de arenitos cretácicos, de solo muito pobre; o autor quis evidentemente referir-se à fertilidade das bacias e fundos de vales que se estendem entre as colinas. Na página 298 escreve: «as planícies de aluvião do Ribatejo, embora pertençam à mesma grande área climática do Alentejo, distinguem-se claramente dela pela sua capacidade para a monocultura cerealífera»; afirmação inquietante tanto pela sua generalidade — o Alentejo é muito menos homogéneo do que pode parecer, e a sua fertilidade e «vocação» cerealífera são muito desiguais, conforme se consideram, por exemplo, os barros da região de Beja ou as pobres terras galegas de xisto ou de areias terciárias —, como pela sugestão de uma monocultura de cereais, que com certeza nunca existiu, ou, ainda, a falta de indicação que a afamada fertilidade da lezíria do Ribatejo, na Antiguidade e Idade Média, devia tanto à sua acessibilidade, através da navegação, quanto à fertilidade dos solos, enriquecidos pelos nateiros das cheias frequentes. Se cito estes pequenos deslizes, é para frisar que a responsabilidade deles é, antes de tudo, dos próprios geógrafos portugueses, que ainda não ofereceram aos potenciais utilizadores da sua ciência estes instrumentos de trabalho básicos que existem desde há muito tempo na maior parte dos países (e na vizinha Espanha): os dicionários geográficos. Só assim poderíamos exigir dos colegas de ciências vizinhas que se interessam pelos nossos trabalhos um rigor nos conhecimentos, para o qual ainda não lhes forjámos as necessárias ferramentas. Ter-nos levado a tomar consciência desta deficiência é ainda outro benefício que nos traz a leitura da notável obra de JOSÉ MATTOSO.

SUZANNE DAVEAU